

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 081

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE JUNHO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 07: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 060ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
28 DE JUNHO DE 1999
(segunda-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Carlos Simões.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1476

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação do Projeto de Lei nº 346/99.

Sala das Sessões, em 28.06.99

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 1465

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 358/99, que define concursos de prognósticos integrantes do Sistema Lotérico do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1479

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 358/99, de minha autoria, que tem por objetivo definir os prognósticos dos concursos instituídos pelo Serviço Lotérico do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 1477

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regime Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 1475

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de lei nº 333/99, de minha autoria, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Colônia de Pescadores da Ponta da Pita Z-8 de Antonina, por não encontrar-se em conformidade com a Lei nº 6.994/78.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1478

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 351/99, de minha autoria, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente Estrela Máxima "Creche Tia Nelma" de Londrina, por ser objeto da Lei nº 10.757.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 1467

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, também como Presidente da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da reunião desta Comissão, a ser realizada no dia 18 de agosto de 1999, às 09:30 horas, em Audiência Pública.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 1474

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ratificar seu irrestrito e integral apoio ao requerimento aprovado em sessão plenária do dia 23 último, para a instalação da Frente Parlamentar de Defesa da Agricultura Familiar.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

REQUERIMENTO Nº 1445

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família de Emerson Martins de Oliveira, falecido no último dia 25 de junho no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1446

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família da Senhora Geralda Vieira da Silva, falecida no último dia 22 de junho no Município de Indaiópolis.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1447

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Senhor José Manoel, falecido no último dia 24 de junho, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1444

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de parabéns ao Senhor José Cirillo, empossado novo Presidente do Rotary Clube Cianorte, dia 25 de junho próximo passado, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Rotary Clube no Município de Cianorte, desempenha papel social primordial no Município. Com ações voltadas às pessoas carentes, tem ajudado às lideranças da cidade para juntos solucionarem problemas de ordem social e de saúde.

Quando fui prefeito do Município de Cianorte, fiz uma grande parceria com o Rotary, juntos conseguimos realizar diversas promoções em prol dos munícipes menos favorecidos.

Gostaria ainda de salientar que os Clubes de Serviços, no Brasil de hoje, exercem função de mantenedores em diversos campos da assistência social, obrigação que seria do governo.

REQUERIMENTO Nº 1461

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Mariópolis pelo transcurso de seus 39 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento ao Exmo. Senhor Neuri Roque Rossetti Gehlen, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Senhor Benigno José Taffarel, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Mariópolis.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda população de Mariópolis orgulhosamente irá comemorar, no próximo dia 25 de julho, seus 39 anos de emancipação política.

Cumprimentamos efusivamente toda a comunidade, e principalmente aqueles que, como nós, acreditam que é somente através de um trabalho incessante que se obtém segurança para um futuro melhor.

A união de povo e administração municipal tem colaborado sobremaneira para o constante progresso alcançado ao longo desses 39 anos de Mariópolis.

A história de Mariópolis é uma história de trabalho e luta sempre renovada pela fibra de seu povo, com a colaboração de seus administradores de todos os tempos.

Muito bem administrado pelo Prefeito Neuri Roque Rossetti Gehlen que, através de um trabalho sério e honesto e contando com o prestimoso apoio de seus munícipes está desenvolvendo com eficácia tudo o que planejou anteriormente.

Portanto, é justo que na significativa data de 25.07.99, prestemos nossa homenagem de gratidão e reconhecimento à laboriosa população de Mariópolis.

REQUERIMENTO Nº 1462

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Exmo. Sr. Mário Manuel das Dores Roque, DD. Prefeito Municipal da Cidade de Paranaguá, pelos relevantes serviços prestados à coletividade.

Requer ainda que seja enviado cópia do presente requerimento ao homenageado sito à Rua Farias Sobrinho, 240, Aptº 1001, CEP: 83203-000 - Paranaguá - Paraná.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A presente homenagem, tem por objetivo, enaltecer o trabalho desenvolvido pelo Exmo. Prefeito Municipal da Cidade de Paranaguá, Sr. Mário Manuel das Dores Roque, que com garra e determinação tem enfrentado os problemas sociais da comunidade parnanguara, buscando soluções através dos Governos Federal e Estadual, assim como da iniciativa privada, no intuito de conseguir recursos para dar continuidade às obras do município, visando melhorar a qualidade de vida da população.

Paranaguá, é sem dúvida, uma das mais importantes cidades de nosso Estado, pois nela está abrigado o maior Porto de exportação de grãos do país.

Recentemente, a Cidade de Paranaguá, foi atingida por um surto de cólera, mas graças ao esforço do seu prefeito, das autoridades estaduais e da comunidade em geral, esta terrível epidemia foi controlada em tempo recorde, servindo como exemplo de união entre os poderes públicos e a sociedade, que se envolveram nesta causa, no intuito de dirimir os efeitos por ela causados.

Antes de ocupar o cargo de Chefe do Executivo, o Prefeito Mário Roque, como é conhecido pela população, foi presidente do Sindicato dos Vigias Portuários de Paranaguá e Vereador, chegando inclusive a ocupar o cargo de Presidente da Câmara Municipal, o que prova que o homenageado há muito tempo vem se dedicando às causas sociais da comunidade.

Face ao exposto, e considerando a relevância dos trabalhos desenvolvidos pelo Prefeito Mário Manuel das Dores Roque, em prol da comunidade parnanguara e de nosso Estado, é que proponho que seja concedido por esta augusta Casa de Leis, o presente voto de congratulações ao homenageado.

REQUERIMENTO Nº 1463

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Ilmo. Sr. José Maria Martins do Carmo, DD. Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, pelos relevantes serviços prestados à coletividade.

Requer ainda que seja enviado cópia do presente requerimento ao homenageado sito à Rua 13 de Maio, 218, CEP: 83.203-000 - Paranaguá-Paraná.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A presente homenagem, tem por objetivo, enaltecer o trabalho desenvolvido pelo Ilustríssimo Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, Senhor José Maria Martins do Carmo, que vem desempenhando um brilhante trabalho em prol de toda comunidade parnanguara.

O Sr. José Maria, nasceu em Paranaguá no dia 02.10.47, sendo portanto, um legítimo parnanguara. Anos mais tarde, casou-se com a Senhora Eliana Mattar Martins do Carmo, com quem teve três filhos: Juliano, Carla e Jardel. É formado em Direito pela Universidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Há vários anos, o Sr. José Maria, vem desempenhando um trabalho comunitário muito importante na sociedade, trabalho este reconhecido pela população que depositou voto de confiança elegendo-o Vereador por quatro mandatos.

Recentemente, o trabalho prestado pelo Senhor José Maria, ficou ainda mais evidente quando

juntamente com os demais Vereadores, com o Prefeito Municipal, autoridades estaduais e toda comunidade, não mediu esforços no sentido de erradicar o vibrião do cólera. Graças a este brilhante trabalho esta terrível epidemia foi controlada em tempo recorde, servindo como exemplo de união entre os poderes públicos e a sociedade, que se envolveram nesta causa, no intuito de dirimir os efeitos por ela causados.

Face ao exposto, e considerando a relevância dos trabalhos desenvolvidos pelo Sr. José Maria Martins do Carmo, em prol da comunidade parnanguara e de nosso Estado, é que proponho que seja concedido o presente voto de louvor ao homenageado.

REQUERIMENTO Nº 1464

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Osiris Stenghel Guimarães, DD. Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA e Diretor Presidente da Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. - FERROESTE, pelos relevantes serviços prestados à coletividade.

Requer ainda que seja enviado cópia do presente requerimento ao homenageado sito à Rua Juvenal Galino, 277 - Jardim Social, CEP: 82520-030 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Osiris Stenghel Guimarães, para o qual proponho o presente voto de louvor, nasceu em 21.02.30, na Cidade de Curitiba. Casou-se com a Senhora Vera Maria Teixeira de Freitas Guimarães, com quem teve três filhos: Nilton, Ney e Nelson.

Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Estado do Paraná - UFPR, passando em seguida a destacar-se como um dos nomes mais cotados para ocupar cargos importantes do primeiro escalão do Governo Estadual, tais como: Diretor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, Presidente do Conselho Deliberativo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, Secretário de Estado de Viação e Obras Públicas, Secretário de Estado dos Transportes, Secretário de Estado do Interior, Presidente da Rede Ferroviária Federal, e Presidente da Companhia de Silos e Armazenagem (COPASA). Atualmente o Sr. Osiris, ocupa o cargo de Diretor Presidente da Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. - FERROESTE e Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA.

Em todos os cargos que ocupou, o Sr. Osiris, sempre teve como objetivo principal, a defesa dos

interesses da população, buscando de forma eficaz, soluções viáveis para minorar as dificuldades encontradas pelas pessoas menos favorecidas.

Diante disto, e considerando a relevância dos trabalhos prestados pelo Sr. Osiris, em prol da comunidade paranaense é que proponho que seja concedido, o presente voto de louvor ao homenageado.

REQUERIMENTO Nº 1468

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Rua A Moro, s/nº - Juvevê - Curitiba), pela comemoração de seus 30 anos.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Curitiba, conhecida pelas tradicionais novenas realizadas às quartas-feiras, está completando 30 anos. Em 1960 eram apenas duas novenas a cada quarta-feira e hoje são em número de doze novenas que, durante todo o dia chegam a reunir cerca de 25.000 pessoas.

A Paróquia funcionou na Capelinha da Glória até 1969, ano em que foi inaugurada a atual Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, com capacidade para 2.500 pessoas.

É tradição da família curitibana assistir as novenas em louvor à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. A cada semana, a Paróquia recebe cerca de 30 cartas de fiéis agradecendo pelas conquistas obtidas depois dos pedidos feitos à Nossa Senhora. Além das tarefas religiosas, a Paróquia realiza diversas campanhas de auxílio aos mais necessitados, como é o caso de curso de informática realizado pela paróquia a desempregados.

Pela comemoração dos 30 anos, receba a Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, os votos de Congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1469

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Empresário Atilano de Oms Sobrinho (Presidente do Grupo INEPAR - Av. Juscelino K. de Oliveira, 11.400 - Curitiba), por ter recebido o Título de Personalidade AECIC, em data de hoje.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Empresário Paranaense, Presidente do Grupo INEPAR, Atilano de Oms Sobrinho recebeu, em data de hoje, num comemorado almoço que reuniu lideranças empresariais e políticas do Estado, o Título Personalidade AECIC.

Numa iniciativa da Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba, o evento destaca a participação efetiva de seus associados no setor produtivo paranaense. O prêmio foi concedido ao Dr. Atilano por ser o mesmo um dos expoentes da nossa economia e um dos líderes do setor que atua, sendo ainda destacado empresário, preocupado com a defesa dos interesses paranaenses e nacionais.

Atilano de Oms Sobrinho ocupa a função de Presidente do Grupo INEPAR desde 1958. Casado, pai de três filhos, é Advogado e Técnico em Eletrotécnica. Teve seu primeiro emprego na Empresa ENCO Engenharia e Comércio S/A, em 1960, que foi o embrião da INEPAR, na origem, uma fábrica de equipamentos eletromecânicos e eletroeletrônicos e hoje também a *holding* de um grupo que reúne mais de 30 empresas, operações e unidades de negócios.

Pela importante e merecida homenagem recebida pelo empresário paranaense Atilano de Oms Sobrinho, receba os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1470

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Senhor Cliceu Luiz Bassetti, alusivos a sua recondução e posse ao cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente do Estado do Paraná, ocorrido em 26 de junho do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Praça Zacarias, nº 46, CEP: 80020-080, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1471

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Senhor Fernando Antônio Allessi, alusivos a sua posse no cargo de Grão-Mestre Adjunto do Grande Oriente do Estado do Paraná, ocorrido em 26 de junho do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Praça Zacarias, nº 46, CEP: 80020-080, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1472

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Grande Oriente do Estado do Paraná, alusivos a comemoração do seu 20º aniversário da reinstalação, ocorrido em 26 de junho do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Grão Mestre Cliceu Luiz Bassetti, através de correspondência a ser encaminhada a Praça Zacarias, nº 46, CEP: 80020-080 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1473

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvir o douto Plenário, votos de congratulações e louvor ao apresentador do Programa Domingo Legal - SBT - Gugu Liberato pela sua iniciativa de promover o debate nacional sobre a solida-riedade do povo brasileiro, em especial entre aqueles que são as próprias vítimas da miséria, quadro televisivo de cenas verídicas que emocionou o Brasil.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O brasileiro, cidadão comum, é por força de vontade um trabalhador. Quando lhe dão condições não exitam ir a luta em busca do seu sagrado ganha pão. E quando não lhe propõe a menor perspectiva do seu ingresso na economia formal, parte para alei da sobrevivência tirando o seu sustento num gesto quase sublime como de se catar latinhas de cerveja e vendê-las para arrematar de um a dois reais e garantir a sua alimentação precária.

O episódio em que Gugu Liberato transformado em um mendigo comum nas ruas de São Paulo enfrenta a fila do chamado Mesão e propositalmente se faz de miserável e pede para o Senhor Natanael, este sim um necessitado, qualquer moeda emprestada para "inteirar" o dinheiro do seu prato de comida e solidariamente o Natanael o empresta o seu último trocado de 10 centavos de reais, mostra que o Brasil é formado por um povo trabalhador, honesto e, sobretudo, solidário. E se não fosse isto acontecendo sistematicamente entre as camadas

mais pobres da população este País já estaria em plena convulsão social a exemplo do que acontece em vários países onde a pobreza e a miséria fazem parte do dia-a-dia dos cidadãos. Parabéns ao Gugu Liberato pela sensibilidade e pela emoção garimpada na mais profunda e triste realidade deste País dos excluídos.

REQUERIMENTO Nº 1443

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando a recuperação da sinalização e da pista da Rodovia PR-082, que interliga o Município de Jardim Alegre, São João do Ivaí - Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 28.06.99

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1448

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando relatório de todos os convênios firmados entre Governo do Estado e o Município de São Pedro do Iguaçu no período de janeiro de 1995 a junho de 1999, informando objetivos, valores globais, valores das parcelas liberadas e não liberadas e datas da liberação.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento refere-se ao atendimento de um ofício nos encaminhado pela Câmara de Vereadores de São Pedro do Iguaçu (257/99), onde destacam que necessitam dos relatórios para realizar um trabalho eficiente de fiscalização e acompanhamento sobre os atos do Poder Público Municipal.

REQUERIMENTO Nº 1449

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando relatório de todos os convênios firmados entre governo do Estado e o Município de São Pedro do Iguaçu no período de janeiro de 1995 a junho de 1999, informando objetivos, valores globais, valores das parcelas liberadas e não liberadas e as datas da liberação.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento refere-se ao atendimento de um ofício nos encaminhado pela Câmara de Vereadores de São Pedro do Iguaçu (257/99), onde destacam que necessitam dos relatórios para realizar um trabalho eficiente de fiscalização e acompanhamento sobre os atos do Poder Público Municipal.

REQUERIMENTO Nº 1450

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR), solicitando relatório de todos os convênios firmados entre Governo do Estado e o Município de São Pedro do Iguaçu no período de janeiro de 1995 a junho de 1999, informando objetivos, valores globais, valores das parcelas liberadas e não liberadas e datas da liberação.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento refere-se ao atendimento de um ofício nos encaminhado pela Câmara de Vereadores de São Pedro do Iguaçu (257/99), onde destacam que necessitam dos relatórios para realizar um trabalho eficiente de fiscalização e acompanhamento sobre os atos do Poder Público Municipal.

REQUERIMENTO Nº 1451

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando relatório de todos os convênios firmados entre governo do Estado e o Município de São Pedro do Iguaçu no período de janeiro de 1995 a junho de 1999, informando objetivos, valores globais, valores das parcelas liberadas e não liberadas e datas da liberação.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento refere-se ao atendimento de um ofício nos encaminhado pela Câmara de Vereadores de São Pedro do Iguaçu (257/99), onde destacam que necessitam dos relatórios para realizar um trabalho eficiente de fiscalização e acompanhamento sobre os atos do Poder Público Municipal.

REQUERIMENTO Nº 1452

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria Especial da Política Habitacional (COHAPAR), solicitando relatório de todos os convênios firmados entre governo do Estado e o Município de São Pedro do Iguaçu no período de janeiro de 1995 a junho de 1999, informando objetivos, valores globais, valores das parcelas liberadas e não liberadas e datas da liberação.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento refere-se ao atendimento de um ofício nos encaminhado pela Câmara de Vereadores de São Pedro do Iguaçu (257/99), onde destacam que necessitam dos relatórios para realizar um trabalho eficiente de fiscalização e acompanhamento sobre os atos do Poder Público Municipal.

REQUERIMENTO Nº 1453

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, solicitando relatório de todos os convênios firmados entre governo do Estado e o Município de São Pedro do Iguaçu no período de janeiro de 1995 a junho de 1999, informando objetivos, valores globais, valores das parcelas liberadas e não liberadas e datas da liberação.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento refere-se ao atendimento de um ofício nos encaminhado pela Câmara de Vereadores de São Pedro do Iguaçu (257/99), onde destacam que necessitam dos relatórios para realizar um trabalho eficiente de fiscalização e acompanhamento sobre os atos do Poder Público Municipal.

REQUERIMENTO Nº 1454

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente ao Ilmo. Sr. Alex Canziani, Secretário de Estado das Relações do Trabalho, solicitando a agilização na liberação dos recursos dos projetos protocolados pela Fundação Para o Desenvolvi-

mento Científico e Tecnológico de Cascavel (FUN-DETEC). Os referidos projetos em pendência são:

Projetos	Protocolos	Secretaria
Plantas Plitos de Panificação, Carnes e Embutidos	4.203.067-0	SERT
Projeto Estratégico Agroalimentar	3.923.352-5	SERT
Setor de Panificação e Derivados de Amido	3.923.353-3	SERT

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1455

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando relatório de todos os convênios firmados entre governo do Estado e o Município de São Pedro do Iguaçu no período de janeiro de 1995 a junho de 1999, informando objetivos, valores globais, valores das parcelas liberadas e não liberadas e datas da liberação.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento refere-se ao atendimento de um ofício nos encaminhado pela Câmara de Vereadores de São Pedro do Iguaçu (257/99), onde destacam que necessitam dos relatórios para realizar um trabalho eficiente de fiscalização e acompanhamento sobre os atos do Poder Público Municipal.

REQUERIMENTO Nº 1456

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando relatório de todos os convênios firmados entre governo do Estado e o Município de São Pedro do Iguaçu no período de janeiro de 1995 a junho de 1999, informando objetivos, valores globais, valores das parcelas liberadas e não liberadas e datas da liberação.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento refere-se ao atendimento de um ofício nos encaminhado pela Câmara de Vereadores de São Pedro do Iguaçu (257/99),

onde destacam que necessitam dos relatórios para realizar um trabalho eficiente de fiscalização e acompanhamento sobre os atos do Poder Público Municipal.

REQUERIMENTO Nº 1457

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando relatório de todos os convênios firmados entre governo do Estado e o Município de São Pedro do Iguaçu no período de janeiro de 1995 a junho de 1999, informando objetivos, valores globais, valores das parcelas liberadas e não liberadas e datas da liberação.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento refere-se ao atendimento de um ofício nos encaminhado pela Câmara de Vereadores de São Pedro do Iguaçu (257/99), onde destacam que necessitam dos relatórios para realizar um trabalho eficiente de fiscalização e acompanhamento sobre os atos do Poder Público Municipal.

REQUERIMENTO Nº 1458

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando relatório de todos os convênios firmados entre Governo do Estado e o Município de São Pedro do Iguaçu no período de janeiro de 1995 a junho de 1999, informando objetivos, valores globais, valores das parcelas liberadas e não liberadas e datas da liberação.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento refere-se ao atendimento de um ofício nos encaminhado pela Câmara de Vereadores de São Pedro do Iguaçu (257/99), onde destacam que necessitam dos relatórios para realizar um trabalho eficiente de fiscalização e acompanhamento sobre os atos do Poder Público Municipal.

REQUERIMENTO Nº 1459

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Saúde, solicitando relatório de

todos os convênios firmados entre governo do Estado e o Município de São Pedro do Iguaçu no período de janeiro de 1995 a junho de 1999, informando objetivos, valores globais, valores das parcelas liberadas e não liberadas e datas da liberação.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento refere-se ao atendimento de um ofício nos encaminhado pela Câmara de Vereadores de São Pedro do Iguaçu (257/99), onde destacam que necessitam dos relatórios para realizar um trabalho eficiente de fiscalização e acompanhamento sobre os atos do Poder Público Municipal.

REQUERIMENTO Nº 1460

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, solicitando relatório de todos os convênios firmados entre governo do Estado e o Município de São Pedro do Iguaçu no período de janeiro de 1995 a junho de 1999, informando objetivos, valores globais, valores das parcelas liberadas e não liberadas e datas da liberação.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento refere-se ao atendimento de um ofício nos encaminhado pela Câmara de Vereadores de São Pedro do Iguaçu (257/99), onde destacam que necessitam dos relatórios para realizar um trabalho eficiente de fiscalização e acompanhamento sobre os atos do Poder Público Municipal.

REQUERIMENTO Nº 1466

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de moção de aplausos ao Sr. Joaquim Figueira, Delegado da Cidade de Medianeira, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento, justifica-se pelo excelente trabalho realizado pelo Delegado de Polícia Senhor Joaquim Figueira, no sentido de coibir a Prostituição Infantil. Na madrugada do dia vinte e seis a Polícia Civil no comando do Senhor Figueira, prendeu em flagrante três pessoas (Flávio Alexandre Gonçalves Brasão, Cleonice Salete Bossa e Ângela de Fátima Partoski),

acusados de promover prostituição infanto-juvenil em duas residências de luxo, no bairro Ipê, em Medianeira. Nas duas casas foram encontradas três adolescentes que estavam sendo aliciadas.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 361/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e instalar o 1º Distrito Policial no Município de Arapongas, com jurisdição sobre os Conjuntos Habitacionais Águias, Flamingos IV, Flamingos III, Residencial Del Condor, Nossa Senhora das Graças, Jardim São Carlos, Jardim San Rafael, Jardim Monte Carlo, Jardim Monte Carlo II, Parque Industrial I e Núcleo Residencial Flamingos.

Art.2º - A jurisdição do 1º Distrito Policial será sobre os Conjuntos habitacionais Águias, Flamingos IV, Flamingos III, Residencial Del Condor, Nossa Senhora das Graças, Jardim São Carlos, Jardim San Rafael, Jardim Monte Carlo, Jardim Monte Carlo II, Parque Industrial I e Núcleo Residencial Flamingos que possuem as seguintes áreas limites; Conjunto Habitacional Águias: ao Norte limita-se com o Lote nº 5-B-6A-1, ao Sul com o Jardim Monte Carlo, a Leste segue pelo eixo da Rua Sanhaçu de Coqueiro, eixo da Rua Dançarino de Coroa Azul eixo da Rua Pica-Pau-Loro, a Oeste segue pelo eixo da Rua Formigueiro Pequeno lote 5-B-6A-1 - Jardim Monte Carlo; Conjunto Flamingos IV: a norte segue pelo eixo da Rua Andorinha Grande, ao Sul segue pelo eixo da Rua Arapaçu Grande, a Leste segue pelo eixo da Rua Andorinha de Colar Negro, a Oeste segue pelo eixo da Rua Loro Verde; Conjunto Habitacional Flamingos III: ao Norte segue pelo eixo de Arapaçu Grande, ao Sul limita-se com a margem esquerda do Ribeirão Três Bocas, a Leste segue pelo eixo da Rua Andorinha de Colar Negro, a Oeste segue pelo eixo da Rua Loro Verde; Conjunto Residencial Del Condor: ao Norte segue pelo eixo da Rua Iratauí, ao Sul segue pelo eixo da Rua Gaturamo Rei, a Leste segue pelo eixo da Rua Loro Verde a Oeste segue pelo eixo da Rua Garça Branca; Conjunto Nossa Senhora das Graças: ao Norte segue pelo eixo da Gaturamo - Rei, ao Sul segue pelo eixo da Rua Surucuá Amarelo, a Leste segue pelo eixo da Rua Loro Verde e a Oeste segue pelo eixo da Rua Garça Branca; Jardim São Carlos: ao Norte limita-se com o Conjunto Monte Carlo, ao Sul segue confrontando com o Lote nº 3, a Leste segue com a margem direita do Córrego Creador e a Oeste

segue pelo eixo da Rua Iratauí: Jardim San Rafael: ao Norte segue pelo eixo da Rua Andorinha Grande, ao Sul limita-se com a margem esquerda do Ribeirão 3 Bocas, a Leste segue com lote 187-F e a Oeste segue pelo eixo da Rua Andorinha de Colar Negro; Jardim Monte Carlo: ao Norte limita-se com o Conjunto Residencial Águias e Monte Carlo II, ao Sul limita-se com o Jardim São Carlos, a Leste segue com a Margem direita do Córrego Creador e a Oeste segue pelo eixo da Rua Iratauí Jardim Monte Carlo II: ao Norte limita-se com o lote nº 5-6-6 A-1-A-B3, ao Sul limita-se com o Jardim Monte Carlo, a Leste limita-se com o Conjunto Residencial Águias e a Oeste segue pelo eixo da Rua Iratauí Parque Industrial I: ao Norte limita-se com a Av. Maracanã/Rua Iratauí, ao Sul segue com o eixo da Rua Guiraca, a Leste segue com eixo da Rua Iratauí e a Oeste segue pelo eixo da Av. Maracanã; Núcleo Residencial Flamingos: ao Norte segue pelo eixo da Rua Iratauí, ao Sul segue pelo eixo da Rua Inhambú-Guaçu, a Leste segue pelo eixo da Rua Garça Branca e a Oeste segue confrontando com o lote nº 187.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A criação e instalação do 1º Distrito Policial de Arapongas, com jurisdição sobre os Conjuntos Habitacionais Águias, Flamingos IV, Flamingos III, Residencial Del Condor, Nossa Senhora das Graças, Jardim São Carlos, Jardim San Rafael, Jardim Monte Carlo, Jardim Monte Carlo II, Parque Industrial I e Núcleo Residencial Flamingos, torna-se uma necessidade imperiosa, considerando-se o desenvolvimento populacional e industrial da cidade de Arapongas e o acúmulo de serviço das Polícias Civil e Militar, com uma única delegacia no município, que conta atualmente com mais de 80 mil habitantes.

Os onze bairros onde será instalado o 1º Distrito Policial, localizam-se atrás do 1º Parque Industrial, e sua população é estimada em 12 mil habitantes, contando com mini-hospital, colégios, creche, igrejas católicas e evangélicas, supermercado, etc.

Sabedores que somos, que a Secretaria de Estado da Segurança Pública, não pode designar um delegado para a referida área, sem a criação do mesmo, portanto solicitamos a criação e instalação do 1º Distrito Policial de Arapongas.

Atendendo reivindicações da população e autoridades do município, apresentamos o presente projeto de lei que trará a tranquilidade a população

araponguense e também agilidade no atendimento dos moradores dos bairros beneficiados.

Assim posto e justificado, contamos com o apoio dos nobres colegas parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 362/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As Comissões de Licitação, quando da apreciação da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, deverão desconsiderar o valor do imposto sobre circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, independentemente da unidade federada de origem do proponente e da correspondente carga tributária incidente.

Parágrafo Único - Subordinam-se ao regime desta lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economias mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei que prevê a desconsideração, quando do julgamento das propostas em procedimento licitatório, dos valores relativos ao ICMS, visa o pleno atendimento, em âmbito estadual, do princípio da isonomia, insculpido constitucionalmente no art. 37, inciso XXI, e o art. 3º da Lei nº 8666/93, que traça normas gerais no campo das Licitações.

Ora, é dito e sabido que a carga tributária relativa ao pagamento do citado imposto estadual tem distinção em virtude do destino, estadual ou interestadual, o que por si só já seria suficiente para gerar distinção dos proponentes, gerando verdadeiro desequilíbrio em um procedimento onde o equilíbrio é constitucionalmente exigido.

Devemos argumentar, também, que não se busca aqui um favorecimento dos empresários paranaenses, mas tão-somente um tratamento justo, o que não vem ocorrendo, vez que as empresas sediadas em outros estados remetem bens ou mercadorias ao Estado do Paraná com a aplicação da alíquota interestadual, que é bem menor que aquela aplicada em operações internas, o que, com certeza, beneficia as empresas sediadas em outros estados.

Assim, excluir-se-á, para fins de julgamento das propostas, o ICMS incidente independentemente da origem do proponente, inclusive quanto este for estabelecido em território paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 363/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária Andorinhas dos Moradores do Bairro da Cachoeira, com sede e foro neste Município e Comarca de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária Andorinhas dos Moradores do Bairro da Cachoeira, entidade criada com fins filantrópicos em 27 de outubro de 1983, vem desenvolvendo um excelente atendimento direcionado ao bem estar de seus associados, moradores do bairro da Cachoeira e arredores.

A atual diretoria, tem por princípios promover eventos, festas e bingos destinados a arrecadar fundos para a compra de medicamentos, cestas básicas, material escolar e outros, procurando atender assim a demanda das famílias mais pobres daquele bairro.

Tendo em vista o acima exposto, achamos ser a mesma merecedora da lei de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 364/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Curiúva, deste Estado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do município de Curiúva, entidade filantrópica fundada em 11 de setembro de 1996, dedica-se exclusivamente ao ensino e bem estar dos portadores de deficiências daquele município, na sua maioria filhos de agricultores, sem recursos.

A atual diretoria vem desenvolvendo em excelente trabalho em prol destas crianças portadoras de deficiências, procurando integrá-las na sociedade e no mercado de trabalho, possibilitando assim um melhor meio de vida.

Tendo em vista o acima exposto, achamos ser a mesma merecedora da Lei de Utilidade Pública Estadual.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Finda a leitura do Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há vários dias passados, nesta Casa, o Deputado Plauto Miró Guimarães, o Deputado Péricles Mello e esse Deputado que vos fala, reclamava da atenção devida a um dos maiores estabelecimentos de Educação do Paraná, sediado em nossa cidade, o Colégio Estadual Regente Feijó. Reclamavam estes Deputados ao Senhor Governador e principalmente a Secretária de Educação do Estado, para que urgentemente desse àquele Educandário a devida atenção que lhe era devida.

Sabíamos de antemão, por vistorias lá realizadas, que não era possível o estado de abandono que se encontrava aquele estabelecimento centenário da nossa cidade e da nossa região dos Campos Gerais. Nós que ali passamos, que ali fizemos o nosso Ginásio e o nosso Curso Científico. Pessoas que se assentaram neste Parlamento, como o Deputado Eurico Batista Rosa, como João Vargas de Oliveira, como homens que deram suas contribuições para que o Estado fosse o que é hoje. Nós e outros que ocupamos transitoriamente uma função maior de representação no Estado do Paraná, como cargo de Deputado Estadual, e que tivemos a felicidade de ali desenvolver os nossos estabelecimentos culturais, temos o dever, Senhor Presidente e Senhores Deputados, dizer que até o Prefeito de Ponta Grossa, mesmo tentando de todas as formas possíveis ao seu alcance, para fazer com que o Estado desse atenção àquele Educandário, não foi efetivada aquela atenção.

Na última quarta-feira nesse Plenário, aprovamos um requerimento de nossa autoria do Deputado Péricles, que antevíamos que a Defesa Civil de Ponta Grossa, iria interditar aquele estabelecimento e ali não mais poderiam os senhores professores darem as suas aulas e os alunos ali frequentarem aquele estabelecimento.

E, na última sexta-feira, através de uma vistoria mais minuciosa ainda, a Defesa Civil de Ponta Grossa interditou o estabelecimento, fazendo com que, faltando tão somente nove dias para o encerramento do semestre do ano letivo de 1999, aqueles

senhores alunos, em número superior a quatro mil, irão ter que ser remanejados a Colégio outros ou a Ginásios de Esportes, mesmo até o Centro de Eventos.

Queria neste instante, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dizer que o Governo do Estado, vai ter que ser responsabilizado pelo transporte, pelo custo maior dos alunos a se locomoverem aonde for determinado, através do Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa a transferência desses alunos. Também terão que dar a segurança e a tranquilidade que tinham quando os professores iam a Regente Feijó, que fica no centro da cidade, onde a transitabilidade de veículos e de pessoas dá uma garantia maior, tanto a quem leciona, quem dirige, quem é servidor do Regente Feijó ou quem é estudante desse colégio. E agora, com a sua interdição os Senhores Deputados e esta Casa estão dando ao Governo do Estado a condição pela qual, se tivesse ouvido os Deputados que representam a Região, isso não teria acontecido.

Estamos aqui denunciando uma vez mais que medidas, quando são solicitadas devem ser tomadas pelas autoridades maiores de ensino desse Estado. Lá estive a Secretária da Educação e testemunhou o estado de abandono que se encontrava aquele patrimônio histórico da cultura do Estado. E, quando vemos, para vergonha do Paraná, a interdição desse estabelecimento centenário, é que vemos a inoperância por parte de alguns segmentos do Governo que realmente têm que ser mudado ou ajustado na realidade que o Paraná necessita.

Tenho certeza que, através da imprensa livre do Paraná, que defende a cultura do nosso Estado, haverá de, no dia de amanhã, e outros quadrantes do Estado onde tenham também parte da história do Paraná como tem o Regente Feijó em Ponta Grossa, tenhamos a atenção devida do Governo. Para que nós, que representamos - tanto eu quanto o Deputado Plauto e o Deputado Péricles - fizemos a nossa parte. Falta somente o Governo do Estado cumprir a função dele, que não cumpriu em tempo satisfatório.

O segundo assunto nos leva também a fazer com que essa Casa seja solicitada, naquele movimento dos senhores agricultores, onde as representações da cidade procuraram fazer tudo o que está no alcance, em referência a ligação de Guaragi até Teixeira Soares. Na última semana tivemos a interdição da estrada.

Quero me somar àqueles que ali estiveram protestando para que aquela obra seja acabada. Teremos no futuro, que nos somar com os Vereadores, Prefeitos, da comunidade de modo geral, tanto da minha cidade quanto de Teixeira Soares, para que tenhamos a felicidade que teve a ligação - que até

cumprimentamos o Governador - de Tibagi até Telêmaco Borba.

Foi uma obra reclamada várias dezenas de anos, mas que tem agora, na sua inauguração feita na última semana, essa solicitação, tanto de Telêmaco Borba quanto de Tibagi atendidas. E que tenha o Governador a mesma vontade para fazer a ligação que falta entre Guaragi e Teixeira Soares.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Ouç o seu pronunciamento mostrando a preocupação com o Colégio Estadual Regente Feijó, um colégio que faz parte da história do Paraná e muito mais de Ponta Grossa, de onde temos obras tão necessárias que não vem acontecer.

As informações que temos da Secretaria de Educação, é que os recursos estão alocados para esta obra e está correndo um processo licitatório. E como a Secretaria colocou, no mês de outubro as obras devem se iniciar naquele Colégio.

A outra questão é a estrada de Teixeira Soares a Guaragi, uma ligação importante entre dois municípios. Temos esta obra parada desde dezembro de 1998. Onde o Governo do Estado não pode cumprir em dia os pagamentos à empresa que executava a obra. O que estamos vendo, que a partir dos últimos meses o Governo do Estado começou a pagar a empresa que ali está executando as obras e, já conseguiu equalizar e no compromisso do dia 1º de agosto serão reiniciadas. Isto foi uma posição de governo, o Governador Jaime Lerner, numa visita que teve na nossa Região dos Campos Gerais, nessa semana tornou público, que no dia 1º de agosto, a empresa retorna as obras para inaugurar esta estrada no mês de dezembro.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Queria salientar Senhores Deputados e Senhor Presidente, que em outubro, quando do início realmente da reconstrução do Colégio Estadual Regente Feijó, os senhores alunos já estarão sendo deslocados a outros locais da cidade. os professores, com eles também terão ônus maiores e a responsabilidade se encontra, realmente em quem dirige. Porque se tivesse o recurso na mão do Secretário Augusto Canto da Secretaria de Obras ele já teria feito no ano passado esta reforma, quando foi feita a sua pintura. Infelizmente, não tinha recursos e somente uma parte dela foi efetivada. Agora quando vemos o assoalho sucumbindo o telhado caindo, e partes outras, infiltração de água, rachaduras nas paredes centenários daquele educandário, vemos que o Governo do Estado deveria priorizar, retirar de outra parte da Administração

Pública do Paraná, os recursos necessários, para que isso não acontecesse.

Agradeço ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados à aprovação do Requerimento de Urgência urgentíssima, para o atendimento, dentro daquilo que realmente Ponta Grossa merece, que é a atenção devida, não só ao Colégio Estadual Regente Feijós e nem tão somente a estrada de Guaraji a Teixeira Soares, mas a outros reclamos que realmente em outras oportunidades, estaremos apontando o desleixo e a falta de caso com que o governo está tratando, a nossa Ponta Grossa e a nossa Região dos Campos Gerais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Não há mais Oradores inscritos no Grande Expediente.

Passa-se ao Horário das Liderança, PTB, PSC, PDT, PL, PMDB, PSDB, PT.

Com a palavra o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente e Senhores Deputados, faço a leitura neste momento de um documento, que foi emitido uma nota, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dizendo o seguinte: "Nós, bispos da Presidência e Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, reunidos em Brasília, nos dias 24 e 25 de junho, cientes da crescente violência contra os trabalhadores sem-terra, mais aguçada recentemente no Paraná, não podemos ficar calados.

As denúncias, confirmadas em testemunhos, documentários escritos e televisionados, atestam a face terrível da violência, que beira a um estado de guerra contra os pobres do campo. Só no Paraná atualmente há 41 trabalhadores rurais presos, vários deles feridos durante os despejos, realizados pela polícia, de madrugada, com humilhação e por vezes com turbulência. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foram mais de 200 trabalhadores presos desde 1994, 06 torturados, 15 assassinados, 30 vítimas de atentados e 40 continuam ameaçados.

Ficamos chocados com notícias de que representantes do Poder Judiciário, que tem a missão de fazer valer a justiça, usem, de modo autoritário e parcial, seu poder legal contra os sem-terra e suas famílias. Causa-nos indignação, neste caso, o fato de autorizarem grampos telefônicos, expedirem mandados injustos de prisão contra lideranças dos trabalhadores sem-terra e emitirem liminares de reintegração de posse de áreas que não cumprem a função social.

Há sinais de uma clara ação de dismantelamento da organização dos trabalhadores e a criação de um clima de hostilidade contra os movimentos

populares, particularmente no mundo rural. É urgente que sejam tomadas medidas sérias para se acabar com a violência e os conflitos no campo, venham de onde vierem. Para isso, acreditamos que a única saída está na Reforma Agrária ampla e integral, que garanta a democratização da terra e as condições necessárias para que os camponeses nela vivam com dignidade. Se isso acontecer ajudará, inclusive, na diminuição do desemprego no Brasil. "São, sobretudo os governos que, com vontade e determinação, devem fornecer urgentemente essas soluções. O adiantamento da Reforma Agrária tira toda a credibilidade, a suas ações de denúncia e de repressão da ocupação das terras" (Documento do Pontifício Conselho Justiça e Paz "Para uma melhor distribuição da terra - o desafio da Reforma Agrária". n° 44).

A sociedade brasileira não pode ficar alheia à crescente miserabilidade e agonia do povo. Por isso, precisa mobilizar-se para implantar condições suficientes que permitam a construção de uma nação soberana, democrática e socialmente justa. Incentivamos a todos os que estão positivamente comprometidos com esta causa.

Apoiamos a mensagem e o posicionamento de Dom Ladislau Biernaski, Bispo Auxiliar de Curitiba e vice-Presidente da Comissão Nacional da Pastoral da Terra, que vem denunciando profeticamente essa situação de injustiça e opressão contra os trabalhadores sem-terra no Paraná.

Fazemos um veemente apelo ao povo para que, no dia do trabalhador rural (25.07), realize significativos gestos de solidariedade para com os irmãos sem-terra. Apelamos ainda às autoridades de nosso País, em especial do Estado do Paraná, para que cumpram a sua responsabilidade na defesa e promoção dos mais pobres.

Brasília-DF. 25 de junho de 1999.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este documento, repito, da CNBB, é um dos documentos mais duros que a CNBB já produziu e, infelizmente, se reporta ao Estado do Paraná como modelo exemplar do não tratamento digno aos pobres do Brasil.

Portanto, mais uma vez, este Deputado que já esteve e aqui por várias ocasiões, falando que o Governo do Estado não tem compromisso com a natureza e dirá com o ser humano, não tem compromisso com os pobres do Paraná, se confirma numa avaliação que não é minha, que não é da Bancada do PT, não é da Bancada do PMDB e de outros Deputados da Oposição, é uma posição que começa a ganhar corpo a nível nacional.

Mas, Sr. Presidente, vale à pena aqui a gente fazer uma ressalva, que quando nós defendemos a todo o momento com relação ao envolvimento da polícia do Paraná, quando nós denunciemos o envolvimento da polícia do Paraná, nós sempre o

fazemos no sentido de responsabilizar o Governo do Estado que é seu comandante e chefe. E também responsabilizamos o alto comando da Polícia Militar do Estado do Paraná que está assoberbado de denúncias e apoio a candidatos ruralistas e fazendeiros. Mas nós queremos livrar a corporação da Polícia Militar do Paraná, trago uma informação que não é novidade para muitos Deputados que foram visitados por sargentos, em que reclama da relação que tem entre os praças e o alto comando da Polícia. Há uma nítida diferenciação salarial, de tratamento político, de tratamento privilegiado.

No Paraná recentemente nós tivemos 148 formandos de 3º Sargento ali no Guatupê. Vieram do interior do Paraná: Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Guarapuava, Apucarana, etc., quando chegaram aqui foram lotados todos na Capital do Estado, esfacelando o tecido da família, que tinham casa, pagando, muitas vezes, prestação da casa própria, a família, os pais, os amigos que estavam lá tiveram que servir na Capital, sem dar uma explicação plausível para a vinda desses policiais, mostrando claramente que o Alto Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná não está tratando com dignidade os seus soldados, a corporação, na sua maioria precisa ser respeitada, e nós deste Parlamento, sobretudo, da Oposição, nós queremos que a dignidade efetivamente seja dada aos soldados, aos sargentos, aos praças da digna Polícia Militar do Estado do Paraná.

A relação de policiais recomendada a nível mundial é de cada 500 cidadãos, um policial. Em Curitiba, cada 800 indivíduos, nós temos um policial, no interior do Paraná, nós temos de cada 1200, um policial, o interior do Paraná está deficitário em policiais, em comandos como dos sargentos. No entanto, o Alto Comando, com a clara intenção política, se preparando para o ano que vem, coloca esse sargento aqui, não para trabalhar como sargento, como comando, coloca-o para trabalhar como soldado aqui. Ele tem 800 horas de formação curricular na Escola do Guatupê, só fizeram 400, porque tinham que estar dando guarda na cidade de Curitiba, sabe para quê? Para o Senhor Prefeito se preparar para o ano que vem com discursos de segurança, em detrimento dos nossos municípios lá do interior do Paraná. Aqui, a Prefeitura da Capital não fornece gasolina, não dão amparo estrutural para a polícia, no interior todos os municípios dão gasolina, dão estrutura, ajuda a polícia a se sustentar. Aqui quem faz isso é o governo integralmente, porque tem clara conotação política, duas conotações políticas: o cacete que dão ao sem-terra, evidentemente tratam o movimento social como se fossem meros criminosos.

Na questão de relação de colocar aqui os formandos, sargentos, cabos na Capital do Estado tra-

zendo prejuízos sérios a sua convivência familiar é a clara intenção de valorizar politicamente o seu parceiro, que é o Prefeito da Capital, que evidentemente se prepara para cargos de sucessão ao seu Governador do Estado.

Para encerrar, quero dizer que ainda os policiais do Paraná, muitos desses sargentos estavam aqui servindo como soldados nas ruas da Capital, com mulheres doentes, filhos doentes, sem serem atendidos no interior do Paraná. Porque o PARANAPREVIDÊNCIA que eles estão pagando não está funcionando. Teve um soldado que veio falar, Sr. Presidente, que a esposa dele precisa fazer uma cirurgia que custava 3.000 Reais, pois o PARANAPREVIDÊNCIA não está atendendo aos nossos policiais do Paraná.

Então, nós queremos fazer uma ressalva clara aqui: Nós sempre iremos responsabilizar politicamente ao Comando dessa Polícia que é o Governador Jaime Lerner e Alto Escalão da Polícia Militar.

Mas queremos dizer que a Corporação da Polícia Militar merece o nosso respeito, estão fazendo a defesa desses praças com toda a veemência.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados:

Quero informar a todos os componentes desta Casa e à Mesa Executiva, que estamos encaminhando uma comunicação à Mesa da Constituição da Bancada Ruralista em Defesa da Agricultura Familiar e da Propriedade. Estamos coletando as assinaturas dos membros desta Bancada e encaminharemos à Mesa para oficializar.

Ao mesmo tempo quero ler um Manifesto de Apresentação da Bancada Ruralista em defesa da Agricultura Familiar e da Propriedade.

(Leitura do Manifesto em anexo)

MANIFESTO DE APRESENTAÇÃO DA BANCADA RURALISTA EM DEFESA DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA PROPRIEDADE.

Ao formalizarmos a criação da Bancada, convidamos os Senhores Deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para uma reflexão em torno da realidade rural, em que evidencia a necessidade do setor se integrar de forma harmoniosa ao mundo contemporâneo, sem perdermos de vista a sua contribuição social, notadamente quanto à agricultura de base familiar - o que implica a modernização dos meios que emprega e ao significado legal da propriedade em nossa ordem jurídica.

Ao mesmo tempo declaramos as seguintes prioridades para a ação de defesa da agricultura familiar e da propriedade rural no Paraná:

- Adoção de uma política agrícola eficiente e efetiva, para sustentar a agricultura de base familiar e a produção agropecuária, com preço, crédito rural suficiente e sua liberação oportuna, inclusive para investimentos;

A agricultura familiar responde por cerca de 80% dos empregos do meio rural, gerando emprego e renda com o cumprimento de relevante papel social, que é a manutenção de pessoas em idade produtiva na zona rural. Além disso gera produção de 54% do café nacional, 80% do feijão, 45% do trigo, 79% das aves etc.

Mesmo com crédito escasso a cobrir apenas 10% do valor total da produção, na última década as safras cresceram 55% e a produtividade, mais 74% por hectare.

Esse conjunto de fatores levou a uma perda de 5,5 milhões de postos de trabalho na zona rural, somente em parte compensada por novas ocupações rurais de natureza não agrícola.

- Num horizonte mais amplo, firme atuação em defesa da agropecuária como instrumento de modernização econômica e realização social, mediante iniciativas como a promoção de agronegócio, a defesa de mercados externos e a valorização do habitante rural num mundo globalizado;

O agronegócio representa 80% do PIB nacional, congrega 52% economicamente ativa e cobre uma gama extensa de atividades sócio-econômicas, derivando para atividades de turismo rural, prestação de serviços e outras funções de modernidade.

A gestão dessa atividade requer qualificação dos seus operadores, articulação com os mercados consumidores e transformadores internos e externos e outros esforços de racionalização a serem apoiados pelo poder público.

Estado de forte tradição agropecuária, o Paraná precisa voltar sua atenção para esse momento de transição, com as projetadas "fábricas de agricultura", em conexão com o anunciado Plano Trienal de Política Agrícola em definição pelo Governo Federal.

- Regionalização da reforma agrária, nos termos da Lei Estadual nº 12.116/98 e programa anunciado pelos Governos Federal e Estadual, com participação dos Municípios e cadastramento dos pretendentes à terra nas unidades municipais de origem;

Essa política agrária realista, apoiada em alternativas que não excluem a oferta de terras no mercado, canalizará para o programa em seleção feita nos municípios, os verdadeiro trabalhadores da terra, vocacionados e integrados ao trabalho do campo, mas, excluirá movimentos de matriz político-partidária que agitam a bandeira da reforma agrária não como solução econômica e

social, mas “sim por razões políticas, ideológicas, cujo objetivo final da organização é o poder, e para os quais, são válidas todas as formas de luta, tentando restaurar as lutas de classe tendo sempre em mente a conquista do poder” - conforme declaram nos cursos de capacitação de lideranças promovidos inclusive no Paraná.

- Apoio à definição de recursos para o órgão de reforma agrária, bem como estruturação de um fundo fundiário Regional, com dotação conjunta de recursos;

- Estruturação de frente de trabalho emergenciais para o aproveitamento daqueles trabalhadores volantes sem vocação agrária, identificados nos termos do cadastramento anterior;

- Prosseguimento das ações legais de desocupação de propriedades amparadas por despachos de reintegração, que não tenham sido objeto de acordo com ocupantes;

- firme e decidida oposição a qualquer ocupação de terras privadas no território do Estado do Paraná, com imediata atuação de ofício das autoridades em caso de ocorrências dessa natureza;

- Permanência da força policial nas áreas invadidas e que foram objeto de reintegração, para prevenir conflitos e reincidência de invasões; bem como adoção de outros necessários à pacificação do “hinterland” para-naense;

- Apoio à instalação de Ouvidoria Regional e outros meios de acompanhamento das reintegrações; bem como firme oposição à vistoria de terras ocupadas, para fins de reforma agrária.

Curitiba, 28 de junho de 1999.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor Presidente, Senhores Deputados, no dia de hoje, os jornais paranaenses trazem estampado, nas suas primeiras páginas, matérias contando que o MST reocupa fazenda em Querência do Norte.

Nós temos uma reincidência, uma nova invasão de uma área que foi desocupada pela Polícia Militar do Estado do Paraná, onde neste final de semana foi novamente ocupada.

Deixar claro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma propriedade produtiva, que cumpre a sua meta social e que vem a ser novamente reinvasada pelo MST.

Não é isso que o povo paranaense, o setor produtivo e os proprietários rurais querem. Eles defendem e nós defendemos uma reforma agrária para aquelas pessoas que são oriundas da terra.

Nós defendemos o retorno do homem, que tem origem e vocação à propriedade rural.

Mas dentro de um cadastramento feito pelo INCRA e por um conselho do governo do Estado ou mesmo municipal.

Defendemos que essas pessoas venham a ser assentadas em áreas improdutivas, apontadas pelo INCRA e acompanhado pelo Governo do Estado e também pelo município - para que as pessoas de cada um desses municípios possam retornar à propriedade, dentro de cada um dos municípios, para que eles tenham a sua ligação, a sua propriedade e o seu dia-a-dia de convivência, de onde ele já mora no dia atual.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, tenho a certeza de que o governo do Estado do Paraná, o Poder Judiciário, vão em cima dessa nova invasão tomar as medidas necessárias.

Porque não é isso que queremos e não é isso que defendemos.

Queremos uma reforma agrária dentro da lei. E, não, como o MST vem fazendo no dia-a-dia. E mais o MST, que critica a polícia e o governo do Estado de fazer ações noturnas para desocupação de áreas - esses que criticam a ação noturna da polícia no cumprimento da lei, são aqueles que invadem à noite as propriedades produtivas.

É contra esses que nós lutamos. É contra esses que estamos aqui nesse momento, colocando posições de uma bancada que se forma e que não aceita ações como o MST vem fazendo, dentro do nosso Estado do Paraná e no Brasil afora.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Liderança do Governo.

Declina.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Necessita de apoio.** **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Necessita de apoio.** **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Necessitam de apoio.** **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação do Projeto de Lei nº 346/99. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 346/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/99, que visa alterar a Lei nº 11.961, de 12 de dezembro de 1997, alterada pela lei nº 12.201, de 25 de junho de 1998 (saneamento do BANESTADO). PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Senhores Deputados que aprovam a preferência, conservem-se como estão. **Aprovado.**

Registrados os votos contrários do PMDB e do PT.

Projeto de Lei nº 346/99: há três emendas sobre ele, que serão lidas pelo 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermas Brandão**)

Procede a leitura das Emendas.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 346/99

Emenda aditiva: acrescenta novo artigo ao Projeto de Lei nº 346/99, ficando com a seguinte redação:

Art.... - O Poder Executivo assumirá o patrocínio da Fundação BANESTADO de Previdência e Assistência Social, na condição de mantenedor, caso os novos controladores não queiram assumir a Instituição, ficando assegurado, aos atuais participantes, a manutenção das normas contidas nos regulamentos dos planos de saúde e benefícios previdenciários em vigor na data da publicação desta lei.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

Deputado Estadual - PT

Apoiamento: Irineu Colombo, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, Péricles Mello.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 02 PROJETO DE LEI Nº 346/99

Suprime o Parágrafo 5º do Artigo 1º do Projeto de Lei nº 346/99.

Sala das Sessões, em 28.06.99;

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento: Edson Strapasson, Waldyr Pugliesi, Orlando Pessuti, Ademir Bier e Nereu Moura.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03 PROJETO DE LEI Nº 346/99

O parágrafo 5º do Artigo 1º do Projeto de Lei nº 346/99, passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo 5º - A gestão dos ativos e demais atribuições que foram conferidas ao Poder Executivo, pelos parágrafos anteriores, deste artigo, observados os limites, prazos e condições a serem estabelecidos por Decreto, poderão ser transferidas para pessoas de direito público ou, mediante licitação, para pessoas de direito privado, 'ad referendum' da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento: José Maria Ferreira, Ademir Bier, Orlando Pessuti e 1 ilegível."

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em votação o requerimento de autoria dos Senhores Deputados Algaci Tulio, Geraldo Cartário, Plauto Miró Guimarães e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a Comissão Geral de Plenário.

Senhores Deputados que aprovam a Comissão Geral, conservem-se como estão.

Aprovado, com o voto contrário da Bancada do PMDB.

Designo relator, para as emendas, o Deputado Rossoni.

Concedo a palavra ao Deputado Vanhoni, para justificação da sua emenda.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A questão é relativamente simples: o Banco do Estado do Paraná está em processo de privatização e foi feito um protocolo de intenções, assinado pelo Governo do Estado junto com o Banco Central.

O Banco Central emprestou para o Governo do Estado do Paraná, a título de saneamento, 4 bilhões e 600 milhões de reais. Destes recursos, 2 bilhões e 600 milhões já foram aportados no Banco do Estado, saneando completamente a empresa, retirando-a do redesconto e do interbancário, dando liquidez para a empresa poder atuar, com tranquilidade, no mercado financeiro.

O Banco do Estado tem uma Fundação que complementa a aposentadoria e garante, de certa

maneira, a assistência médica dos funcionários do Banco do Estado. Esta Fundação, que recolhe um percentual de perto de 10% de cada assalariado do Banco do Estado e tem uma contrapartida do Banco do Estado, nesses 10%. A Fundação, ao longo dos anos - destes 70 anos - acabou investindo no Banco do Estado, a título de subscrever as ações do Banco do Estado, ações ordinárias, para que o Banco se capitalizasse.

No entanto, agora, quando vai ser feita a privatização, a opção, definida pelo Governo do Estado, foi da integralização de capital. Significa o seguinte: esses quatro bilhões de reais, entram integralizando o capital. As ações que cada um de nós possa possuir e o montante de quase 22% que a Fundação do Banco tem como investimento do Fundo de Pensão do Banco do Estado, vão virar pó no processo de privatização.

Ciente dessa dificuldade, desse prejuízo que vai trazer a privatização, não para o Banco do Estado, um prejuízo para a fundação, estava acertado e os técnicos do Banco Central e os do Governo, disseram sempre para os técnicos da Fundação que na época da privatização iria ser feito um cálculo de quantos funcionários do Banco iriam se aposentar, para que a Fundação, quando o Banco for vendido - vamos dar como exemplo: o BANESTADO vai ser vendido para o Itaú e o Itaú não vai mais assumir o pagamento dos aposentados. Significa um desencaixe ainda maior, pondo em risco a sobrevivência da Fundação.

A COPEL passa por um processo de privatização, está sendo desmembrada, mas na lei que autorizou a privatização da COPEL, o governo enviou para a Assembléia Legislativa um dispositivo muito claro de que se quem comprar a COPEL, a empresa de energia elétrica nacional ou internacional que comprar a COPEL, não vai ficar obrigada a manter a aposentadoria dos funcionários da COPEL. Quem vai ficar obrigado? O Estado do Paraná.

Então, esta emenda é para corrigir um erro, um equívoco que tem no envio da lei em relação ao Banco do Estado para a Assembléia e para dar garantias aos funcionários do Banco do Estado, para a Assembléia e para dar garantias aos funcionários do Banco do Estado que terão suas aposentadorias.

Por isso, peço apoio dos Deputados. Esta emenda contempla o conjunto das aspirações dos funcionários do Banco do Estado que hoje em dia, além de ter o risco iminente de serem demitidos, caso o Banco seja comprado por uma grande rede do sistema financeiro, como o Itaú, o BRADESCO, ou o UNIBANCO, poderão ter a sua aposentadoria completamente comprometida. Nesse sentido, colocamos essa emenda para que fique garantido atuar-

ialmente os cálculos que já estão aposentados no Banco do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Designo o relator, Deputado Rossoni, para a emenda apresentada pelo Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Passo a dar o parecer às emendas ao projeto.

COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO
EMENDAS DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 346/99

P A R E C E R :

Em análise as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 346/99 que objetivam alterar a redação da Lei nº 11.961/97, alterada pela Lei nº 12.201/98, que trata do saneamento do BANESTADO.

No que respeita ao aspecto formal, conclui-se que tais emendas estão em conformidade com os ditames constitucionais, legais e regimentais, não havendo portanto, qualquer óbice a sua normal tramitação.

Isto posto, é favorável o parecer.

Sala das Sessões, em 28.06.99.

(a) VALDIR ROSSONI

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Como o Deputado Rossoni vai dar parecer sobre as três Emendas...

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Não. Ele vai dar parecer só sobre a emenda do Deputado Vanhoni. Em seguida, as duas emendas.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, passo a dar o parecer à Emenda do Projeto de Lei nº 346/99 de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. É uma Emenda Aditiva. Acrescenta um novo Artigo ao Projeto de Lei nº 346/99, ficando com a seguinte redação:

(**Lê o conteúdo da Emenda**)

"Senhor Presidente, sob o aspecto regimental, constitucional, nada que obste a sua tramitação. O nosso parecer é favorável quanto à sua constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vou submeter a votos a Emenda do Deputado Vanhoni.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, conservem-se como estão.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, estamos aprovando a sua constitucionalidade.

Uma Questão de Ordem, Senhor Presidente.

Gostaria de nos reservar o direito, em segunda votação, votaremos contra o mérito.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

A Emenda não tem segunda votação. Se ela for rejeitada, acabou.

Vou submeter a votos, novamente.

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão.

Rejeitada.

Emenda de autoria do Deputado Caíto Quintana, Deputado Rossoni Relator.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Para Encaminhar**)

Gostaria que o Deputado Rossoni entendesse e os Senhores Parlamentares.

Esta emenda, gostaria que houvesse uma explicação para ela, até porque tenho dúvida.

Quero preservar porque não podemos passar em Plenário, numa rapidez como essa que está acontecendo neste projeto, sem nos determos numa coisa: veja Vossa Excelência, Deputado Rossoni que será o relator.

O Anteprojeto nº 346/99 diz:

(Lê o Anteprojeto):

Primeiro, Senhor Presidente e Senhores Deputados, especialmente, Deputado Valdir que é o relator. Quando estamos acrescentando no Artigo 2º da Lei nº 11.961 esses dois parágrafos, vamos perceber que a Lei nº 11.961 não tem parágrafos. Portanto, não é nela. Será então em quem? Será na Lei nº 12.201 que foi votada posteriormente, alterando a Lei nº 11.961.

Esta Lei nº 12.201, no Artigo 2º diz o seguinte:

(Lê o Artigo 2º e os §§ 1º, 2º e 3º)

Vê Vossa Excelência que este projeto está acrescentando mais dois parágrafos.

Me parece que neste Artigo, nesta Lei que o Artigo 4º: "Fica para o cumprimento do disposto no § 3º deste Artigo, o Poder Executivo autorizado a alienar qualquer ativo que tenha recebido em virtude do saneamento do Banco do Estado, inclusive os seus bens".

Veja bem, Deputado Rossoni e Senhores Parlamentares.

Este parágrafo já está autorizando o governo a alienar. Se o objetivo é o cumprimento do que a lei está autorizando, que é fazer um empréstimo, oferecer bens em garantia para saneamento, o parágrafo 4º já está autorizando.

Mas daí entra o parágrafo 5º.

(Lê o parágrafo 5º).

Quer dizer, os limites, os prazos e as condições serão estabelecidos por Decreto, por-

tanto, extra-lei, a lei está autorizando no meu modo de entender genericamente a venda e um decreto que vai determinar quais os limites, quais os prazos e quais os montantes. Lhe confesso Deputado Valdir Rossoni, porque acho que o Banco do Estado do Paraná é uma preocupação de todos nós. Lamentavelmente encontra-se nessa fase de uma liquidação que ainda julgamos e esperamos que não ocorra. Mas é uma coisa muito importante os valores altos, a forma de ser feito, me sinto incomodado dessa tribuna. Porque na verdade não consigo atinar o alcance desses dois parágrafos que estão sendo introduzidos, as razões e a necessidade de ele existir. Se Vossa Excelência Deputado Valdir Rossoni, pudesse nos explicar, nos dizer - não! precisa disso, porque o seguinte: tem que ter um decreto. Mas não tem que ter um decreto. A Assembléia, recentemente pagou um vale. Cá para nós como Legislativos, pagamos um vale. Aprovamos o FUNREJUS, dando no penúltimo Artigo autorização para regulamentar por decreto lá do Conselho da Magistratura e a coisa ficou um monstro, chegando a cobrar quarenta, cinquenta, sessenta mil reais, como taxa de algumas ações na justiça. Aqui mais uma vez a Assembléia pela rapidez açodadamente em dois, três dias que esse projeto entrou aqui na Casa, estamos novamente aqui votando e tenho certeza, não quero ser indelicado aos companheiros. Tenho certeza, que se eu fizer uma pergunta aqui a todos os Deputados que estão no Plenário - escuta! explica a respeito disso! Nenhum de nós tem o conhecimento suficiente para entender as razões das colocações desses parágrafos. Tenho certeza, que tem uma razão de ser. Não sei se ela é boa para o Estado ou não. Mas tem uma razão de ser. E, seguramente tínhamos que saber qual é essa razão, para poder votar algo tão importante como esse, que envolve financiamento de quatro bilhões de reais ao Estado do Paraná.

Então, gostaria Deputado Valdir Rossoni, que Vossa Excelência como relator, ou talvez nos expusesse isso, embora entenda que Vossa Excelência só vai dar o parecer sobre a constitucionalidade, mas logo a seguir vamos votar o projeto. Ou talvez votássemos numa Sessão Extraordinária daqui uma hora ou duas horas, dando tempo para sentarmos e ter um conhecimento maior. Nada impede que vote essa matéria de hoje Deputado Valdir Rossoni, se convoque uma Sessão Extraordinária para daqui duas horas, para que pelo menos os Deputados saibam exatamente as razões pela qual está sendo votado.

Tenho certeza que estaríamos no desempenho pleno do nosso mandato, se tivéssemos um cuidado maior na votação desse projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Passo a palavra ao Relator deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, os argumentos usados pelo Deputado Caio Quintana, eles não são válidos, porque tivemos a oportunidade de chamar aqui os técnicos do BANESTADO e os técnicos da Secretaria de Fazenda, na Comissão de Constituição e Justiça, aonde eles estiveram à disposição de todos os Parlamentares para as explicações quanto a esse Projeto.

Senhor Presidente, passo a dar o parecer sobre Emenda nº 2 - Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 346/99, que suprime o parágrafo 5º do Artigo 1º do Projeto de Lei nº 346/99. Sobre o aspecto Regimental Constitucional, nada que óbice sua tramitação. É esse o meu parecer Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A leitura que se faz do projeto apresentado pelo Governo, no que diz respeito ao acréscimo do parágrafo 4º e do parágrafo 5º, deixa todos nós com muitas dúvidas acerca do que se pretende com esses dois parágrafos.

O projeto de lei tramitando hoje propõe o acréscimo do Artigo 3º: "para cumprimento no disposto no parágrafo 3º - fica o Poder Executivo autorizado a alienar qualquer ativo que tenha recebido, em virtude do saneamento do Banco do Estado do Paraná." Para cumprir o 3º. O que diz o 3º: "O Poder Executivo utilizará os recursos provenientes da alienação do controle acionário do Banco do Estado do Paraná, bem como os oriundos do recebimento do ativos para amortização do financiamento obtido junto a União Federal". A impressão que dá e foi esse o questionamento que fizemos na visita dos técnicos da Secretaria da Fazenda e do BANESTADO, é que o Governo do Estado do Paraná está utilizando de um mecanismo chamado ARO - Antecipação de Receita Orçamentária maquiada ao propôr esse parágrafo 4º. Por quê? Porque no parágrafo 3º o Governo já está autorizado a fazer a alienação dos bens, mas explícita que é para amortização do financiamento obtido junto a União Federal. Aí vem o parágrafo 4º e diz: "para o cumprimento no disposto no parágrafo 3º fica o Poder Executivo a alienar qualquer ativo que tenha recebido em virtude do saneamento do Banco do Estado, inclusive bens e imóveis. "Mas não dá, neste parágrafo 4º uma destinação específica ao produto arrecadado com a alienação dos bens. No anterior estabelece. No 4º já não estabelece mais.

Com base nesse parágrafo 4º o Governo poderá depois guardar no seu caixa o produto oriundo da alienação dos bens, inclusive imóveis obtido e não amortizar a sua dívida junto ao Governo Federal. Certamente mantendo em caixa para pagamento por trinta anos uma antecipação de receita orçamentária que foi mascarada por esse parágrafo.

O 5º é muito pior. Fizemos uma lei, estipulamos condições através de um parágrafo, dois parágrafos, três parágrafos, quatro parágrafos e no 5º parágrafo desmanchamos tudo isso, dizendo que através de decreto o Governo vai estabelecer as condições, prazos e tudo mais para o cumprimento dos parágrafos anteriores.

Na realidade votamos lá na Lei nº 12201, anteriormente na Lei nº 11961 e agora nesse projeto de lei estamos votando mais alguma coisa. E depois nesse parágrafo 5º estamos dando ao Governo que, por decreto, possa fazer o que bem entender com aquilo que votamos. Uma questão que ocorreu ainda há pouco fazendo uma leitura mais definitiva do texto e por essa razão não tivemos tempo de apresentar uma emenda, diz respeito ao Artigo 5º, que está sendo alterado. Artigo 5º da lei anterior. Ou seja o Artigo 2º deste projeto que estamos votando.

No Artigo 5º da Lei nº 11.961, porque na outra Lei nº 12.201, ele já era Artigo 3º.

Então no Artigo 5º da Lei nº 11.061, 3º da 12.201 segundo do projeto de lei em discussão, dizia o seguinte: "Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer caução em caução ou em garantia junto a Órgãos do Governo Federal, ações que detêm na Companhia Paranaense de Energia - COPEL, até o limite de 450 milhões de reais.

Lei nº 11.961, era 350 milhões de reais se não me falha a memória, na 12.201 passou para 450 milhões de reais, mas para garantia junto a Órgãos do Governo Federal.

Agora ele permite que seja, a Órgãos do Governo Federal e ou ao Banco do Estado do Paraná, que está sendo privatizado."

O que me ocorreu agora pouco é o seguinte: "Antes essas garantias efetivamente seriam dados aos órgãos do Governo Federal, que poderiam em não sendo honrada a dívida daqueles pagamentos, poderia o Governo Federal, vender essas ações, leiloá-las, através dos mecanismos que possuissem e, evidentemente amortizar a dívida do Governo junto ao Governo Federal. Ao darmos essa caução em caução ao Banco do Estado do Paraná, sabemos porque que está se dando esses 450 milhões de ações da COPEL, em caução ao Governo Federal e ao Banco do Estado, agora, que é justamente para cobrir rombo que o Banco do Estado teve com o BANESTADO Leasing, e com a compra das ações

das Letras do Pernambuco, Alagoas, Osasco, Santa Catarina, a Moeda Podre denunciada pelo precatório.

Quer dizer, que nós agora estamos trocando as moedas podres que o Governo comprou de Alagoas, Pernambuco, Osasco, Guarulhos, Santa Catarina, por moeda boa chamada ações da COPEL.

Agora, isso se fosse ao Governo Federal como pagamento de alguma coisa, tudo bem, mas vai ficar no Banco do Estado, daí é privatizado, tudo bem. Daí o que vai acontecer? Vem alguém e compra o Banco do Estado por 500 milhões, por 450 milhões, por 600 milhões, só que tem lá o Banco do Estado do Paraná, 450 milhões de ações boas da COPEL. Quer dizer, vão entregar o Banco do Estado do Paraná, de graça para quem comprar o Banco na sequência. Mais ou menos o que aconteceu ao CRE-DREAL se não me falha a memória, em Minas Gerais, adquirido pelo Banco Itaú. Lá não era ações da CEMIG, não era ações da Companhia de Energia, era crédito tributário. O Banco Itaú comprou não sei se por 350 milhões, por 400 milhões, tenho esses números anotados. Mas, alguns dias depois ele exerceu o seu direito em ter de volta o Crédito Tributário, que o Banco tinha junto ao Governo Federal. Aqui que custou, vamos dizer assim: “Quinhentos milhões passou a custar, um pouco mais de 50 milhões, porque o crédito que existia era muito grande.”

Então este Artigo 2º do projeto que modifica o Artigo 5º, da Lei nº 11.961, Artigo 3º da Lei nº 12.201, vai fazer com que o Banco do Estado do Paraná ao ser adquirido, por quem quer que seja, seja transferido a Iniciativa Privada praticamente de graça. porque pelas avaliações que se diz, o Banco do Estado vale qualquer coisa ao redor de 600 milhões, e vai ter no seu caixa uma pequena quantia de 450 milhões de reais, de ações boas da nossa COPEL.

Por isso que votamos favorável as emendas, evidentemente que estão sendo propostas.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vou submeter a votação o projeto de lei sem pre-juízo da apreciação das emendas. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, peço que registre o voto contrário ao projeto da Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Devidamente registrado.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, apenas para manifestar a votação contrária da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Devidamente registrada.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Solicito registro de voto contrário.

O SR. EDGAR BUENO

Também o voto contrário do PDT.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Devidamente registrados os votos.

Concedo a palavra ao Deputado Rossoni, como Relator da emenda de autoria do Deputado Caíto Quintana.

O SR. VALDIR ROSSONI

Emenda nº 3

Passo a relatar a emenda ao projeto 356/99 de autoria do Deputado Caíto Quintana.

Emenda Modificativa

Ao Parágrafo 5º do Artigo 1º do Projeto de Lei nº 356/99 que passa a ter a seguinte redação:

(Lê o Parágrafo 5º)

Senhor presidente, sob o aspecto regimental e constitucional, nada que obste a sua tramitação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Para Encaminhar**)

Eu até, como justificativa aos parlamentares desta Casa, se Vossa Excelência atentar bem, essas Emendas aparentemente se confundem.

É evidente que se a Emenda 1 fosse votada, a emenda 2 seria totalmente inócua porque está tratando sobre o mesmo parágrafo que na emenda 1 está pedindo para suprimir.

Apenas como resguardo, vendo a eventualidade de perder na votação, a Emenda 1, que estaria suprimindo o parágrafo 5º, estamos sugerindo ao menos que haja um “ad referendum” da Assembléia na limitação dos valores, dos prazos e condições que esses ativos, que forem vendidos por força dessa lei, possam ser estabelecidos, porque este Artigo, eu chamo a atenção, se analisarmos a lei como um todo, o Artigo começa lá na autorização para três bilhões e setecentos e cinquenta milhões de empréstimo, atualizados por correção no período e que autoriza a venda de patrimônio, a venda de bens que o Banco tenha recebido para pagamento de dívidas, para o plano de demissão voluntária e tudo o mais, só que os valores, os prazos e as condições de venda desses patrimônios, serão estabelecidos por decreto.

Isso vale dizer que a Assembléia Legislativa está dizendo, no meu modo de entender, que pode vender para pagar. Mas por quanto?

O decreto é que vai dizer por quanto, em que prazo, para quem e tal e coisa e a Assembléia não participa disso. “Checão” em branco.

Se nós suprimirmos o Artigo 5º, estamos autorizando a vender da mesma forma, porém, dentro de uma transparência maior e se eventualmente perder a Emenda 2, ao menos, quando se disser “vale dez reais” um determinado patrimônio do Banco, que tenha que haver um “ad referendum” da Assembléia para que a Assembléia diga “Não, realmente valia dez. não valia mais do que isso...”, senão a gente acaba aqui sendo única e exclusivamente um Poder que aprova e o governo faz o que quer e depois a gente tem que dar resposta e explicações nos nossos municípios porque razão a Assembléia não foi mais cuidadosa no momento de votar a lei.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vou submeter a votos a emenda.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, conservem-se como estão.

Rejeitada.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Peço que registre o voto favorável da Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Emenda nº 3, será lida pelo 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Já foi lida, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao relator, Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, volto a relatar novamente e dar o parecer à emenda nº 3.

O nosso parecer é da mesma forma das outras.

Sob o aspecto legal e constitucional, nada que obste a sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em votação a emenda, os Senhores Deputados que aprovam a emenda conservem-se como estão. REJEITADA. O Projeto já foi aprovado e irá à Redação final na Sessão de amanhã.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 190/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 09/99, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do

Estado do PR, para o exercício Financeiro de 2000.
Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 190/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2000, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a organização e as estruturas dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária referente ao exercício;

V - as disposições sobre as despesas com pessoal e encargos sociais; e

VI - outras disposições.

Capítulo I

Das Prioridades da
Administração Pública Estadual

Art. 2º - As prioridades da Administração Pública Estadual nos Orçamentos Anuais, para o exercício de 2000, deverão ser enquadradas nas seguintes linhas de ação:

I - Geração de Empregos (Oportunidades de Trabalho);

II - Desenvolvimento da Agropecuária (Ação no Campo);

III - Segurança Pública e Desenvolvimento Social (Família Protegida);

IV - Desenvolvimento Urbano e Regional (Força Regional);

V - Infra-Estrutura e Desenvolvimento Estratégico (Anel de Desenvolvimento);

VI - Preservação e Desenvolvimento Sustentado do Meio Ambiente (Paraná Ambiental);

VII - Ações de Vanguarda (Paraná na Frente);

VIII - Administração Pública.

Art. 3º - As linhas de ação definidas no artigo anterior estarão detalhadas, a nível de Programas no Plano Plurianual para o período 2000 a 2003 e a nível de Projetos e Atividades nos Orçamentos Anuais para o exercício de 2000.

Capítulo II

Da Organização e das
Estruturas do Orçamento

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, será composto de:

I - Exposição Justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - Texto de Lei;

III - Anexo I contendo a legislação e os resumos gerais da receita referente ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;

IV - Anexo II contendo resumos gerais da despesa dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, segundo as fontes de recursos;

V - Anexo III contendo o Orçamento Fiscal composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, a que se refere o artigo 133, § 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - Anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, a que se refere o artigo 133, § 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - Anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme determinação da Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993.

Art. 5º - Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, terão suas despesas elaboradas por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional-programática estabelecida pela Portaria nº 117 do Ministério do Planejamento e Orçamento, de 12 de novembro de 1998 e segundo a classificação da despesa quanto a sua natureza, que identifica a categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação e o elemento de despesa. O projeto da Lei Orçamentária Anual será apresentado segundo os seguintes desdobramentos:

DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida Pública

Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida Pública

Outras Despesas de Capital

Art. 6º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista terá sua despesa totalizada por empresa, ficando o seu programa de trabalho detalhado por projeto/atividade, segundo a classificação funcional programática da Portaria nº 117 de 12 de novembro de 1998.

Art. 7º - O Programa de Obras, será apresentado por Unidade Orçamentária, Projeto/Atividade, região ou município e de forma individualizada com unidade de medida, quantidade e valor discriminado segundo a fonte de recursos.

Capítulo III

Das Diretrizes para a Elaboração dos Orçamentos do Estado

Seção I

Das Diretrizes específicas para os Poderes Legislativo, Judiciário e para o Ministério Público

Art. 8º - Ficam estabelecidos os seguintes limites percentuais da Receita Geral do Estado, após excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, para a elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público:

Poder Legislativo.....	Legislativo.....
5,0%	
Poder Judiciário.....	Judiciário.....
8,5%	
Ministério Público.....	Ministério Público.....
3,3%	

Art. 9º - As Propostas Orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público serão elaboradas, respectivamente pela Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça e Procuradoria Geral de Justiça, sendo apresentadas ao Poder Executivo, dentro dos prazos estabelecidos nas instruções para a elaboração do Orçamento Geral do Estado.

Art. 10 - As propostas do Orçamento dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público não poderão ser apresentadas com valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Parágrafo Único - Os valores correspondentes aos limites percentuais deverão ser utilizados para atender prioritariamente as despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

Seção II

Das Diretrizes Gerais

Art. 11 - No Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo os preços vigentes em 1º de julho de 1999.

§ 1º - As despesas custeadas com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 1º de julho de 1999.

§ 2º - Os valores de receita e despesa apresentados no Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do índice de variação de preços no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1999, de acordo com critérios estabelecidos no próprio Projeto de Lei.

Art. 12 - A Lei Orçamentária Anual poderá indicar critérios de atualização monetária dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

Art. 13 - As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas para esta finalidade nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º - Os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária com a destinação prevista neste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

§ 2º - Os Órgãos e Unidades encaminharão à Secretaria de Estado da Fazenda, até o dia 20 de julho de 1999, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos no orçamento de 2000, especificando:

- número do processo;
- número do precatório;
- data da expedição do precatório;
- nome do beneficiário;
- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 1999, conforme § 3º do artigo 98 da Constituição do Estado do Paraná).

Art. 14 - As receitas destinadas aos Órgãos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e

encargos sociais, serviços da dívida, contrapartidas de financiamento e manutenção de atividades e de bens públicos.

Art. 15 - Os Orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual não poderão ter fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

Art. 16 - Na programação da despesa não poderão ser incluídas ações que tenham as mesmas finalidades, em mais de um Órgão.

Art. 17 - A programação de investimentos, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003.

§ 1º - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, terão prioridade na alocação dos recursos para a sua conclusão.

§ 2º - As obras constantes do Anexo V serão identificadas como novas, em andamento, paralisadas e reativadas, conforme a situação em que se encontrem.

Art. 18 - O valor de Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Art. 19 - Na programação dos orçamentos não poderão ser incluídas despesas a título de investimentos em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º da Constituição Federal e do art. 135, § 2º da Constituição Estadual.

Art. 20 - O Projeto de Lei Orçamentária para 2000 destinará recursos do Tesouro Geral do Estado, aos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos necessários.

I - aos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais apresentados no Art. 8º deste Projeto de Lei;

II - ao pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

III - ao pagamento do serviço da dívida pública;

IV - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o art. 205 da Constituição Estadual e de acordo com a Lei Estadual nº 12020 de 09 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná;

V - à manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o art. 185 da Constituição Estadual;

VI - aos empréstimos e às contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

VII - aos programas de fomento e desenvolvimento através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, inclusive os previstos no art. 142 da Constituição do Estado e no art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

VIII - às contribuições do Estado ao Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, compreendendo os Programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor; e

IX - ao pagamento de precatórios até 1º de julho de 1999.

Art. 21 - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior serão destinados de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir, ficando implícito que a utilização plena por uma Secretaria implicará na redução do limite de outra, de forma a manter o percentual global de 100%:

Chefia do Poder Executivo	até 5%
Secretaria da Chefia de Gabinete do Governador.....	até 2%
Secretaria de Estado do Governo.....	até 1%
Procuradoria Geral do Estado	até 1%
Ouvidoria Geral do Estado	até 1%
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	até 4%
Administração Geral do Estado- Recursos Sup. da SEPL.....	até 10%
Secretaria de Estado da Administração	até 12%
Secretaria de Estado da Fazenda.....	até 9%
Administração Geral do Estado - Recursos Sup. da SEFA	até 11%
Secretaria de Estado de Obras Públicas	até 1%
Secretaria de Estado da Comunicação Social	até 1%
Secretaria de Estado da Segurança Pública	até 16%
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	até 3%
Secretaria de Estado da Saúde.....	até 20%
Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	até 5%
Secretaria de Estado da Cultura.....	até 5%
Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.....	até 6%
Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho.....	até 3%
Secretaria de Estado do Esporte e Turismo.....	até 5%

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico	até 6%
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento	até 15%
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.....	até 4%
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	até 12%
Secretaria de Estado dos Transportes	até 25%
Secretaria Especial da Política Habitacional.....	até 10%
Secretaria Especial para Proteção e Defesa do Consumidor.....	até 1%
Secretaria Especial para Assuntos de Previdência	até 2%
Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos	até 1%

§ 1º - Os recursos de que trata o caput deste artigo serão alocados prioritariamente na manutenção e custeio dos órgãos, bem como nas contrapartidas de convênios e acordos firmados com entidades e organismos públicos e privados, nacionais e internacionais.

§ 2º - Os percentuais alocados para os Secretários especiais, no caso de extinção da função, serão remanejados por ato do Poder Executivo mediante autorização do Poder Legislativo, aos órgãos nos quais as ações programáticas daqueles Secretários Especiais serão desenvolvidas.

Art. 22 - Os recursos recebidos pelo Estado, provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências, inclusive os oriundos de convênios.

Seção III

Das Diretrizes Específicas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta

Art. 23 - O Orçamento Fiscal e os Próprios da Administração Indireta, para o exercício de 2000, estimarão as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado relativo às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, com um valor aproximado de R\$9.000.000.000,00 (nove bilhões de reais),

a preços de 1º de julho de 1999, ficando a despesa em igual valor.

Art. 24 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, serão apresentados nos Orçamentos Próprios dessas instituições.

Art. 25 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado somente poderão ser programados para atender despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de programas financiados e de convênios e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 26 - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 27 - O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista.

Seção IV

Das Diretrizes Específicas do
Orçamento de Investimento

Art. 28 - O Orçamento de Investimento relativo às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferências do Tesouro Geral do Estado, aplicadas na conta investimento.

Art. 29 - Os montantes das despesas dos Orçamentos de investimento não poderão ser superiores aos das respectivas receitas.

Art. 30 - No Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária só deverão aparecer aquelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que possuírem uma programação de investimento.

Parágrafo Único - As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Tesouro Estadual, para despesas de espécies diferentes de investimento, só terão estes valores registrados no Projeto/Atividade de transferência, dentro do Orçamento Fiscal.

Capítulo IV

Das Disposições sobre as
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 31 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados a cobrir despesas com pessoal e encargos sociais serão fixados em até 60% (sessenta por cento) do valor das receitas correntes, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995.

Art. 32 - A exposição justificativa que acompanha o Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá demonstrativo dos gastos com pessoal e encargos sociais, por Poder e Total, executado nos últimos três anos, a execução provável para 1999 e a estimativa para 2000, com a indicação da representatividade percentual em relação a Receita Corrente, conforme o disposto na Lei Complementar nº 82 de 27/03/95.

Capítulo V

Das Disposições sobre as Alterações
na Legislação Tributária

Art. 33 - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos de alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1999, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão do Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - o aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

Capítulo VI

Das Outras Disposições

Art. 34 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 36 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os quadros de detalhamento de despesa, especificando por projetos e atividades, os elementos de despesa, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no parágrafo 2º do artigo 11 desta lei.

Art. 37 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.06.99.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 224/99, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a criar no Município de Engenheiro Beltrão, a circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 38, de 05.05.99).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 283/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que acrescenta Parágrafo ao Artigo 1º da Lei nº 8.946, de 05 de abril de 1989, alterada pela lei nº 11.715, de 07 de maio de 1997. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 58, de 31.05.99).**

O SR. ORLANDO PESSUTI

(Peço Justificação de voto).

Pelas razões já anunciadas na 1ª e 2ª votação, nós manifestamos nosso voto contrário a este Projeto.

O SR. IRINEU COLOMBO **(Pela Ordem)**

Registrar o voto contrário da Bancada do PT e também do Deputado Edgar Bueno, contrário a este projeto.

O SR. ADEMIR BIER **(Pela ordem)**

Da mesma forma gostaria de registrar o meu voto contrário.

O SR. VALDIR ROSSONI **(Pela Ordem)**

Senhor Presidente, peço anotação do meu voto contrário a este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE **(Anibal Khury)**

Será anotado.

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 285/99, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que altera o Artigo 1º da Lei nº 8.267, de 13 de janeiro de 1986, que declarou de Utilidade Pública a Associação Sancarlense de Proteção ao Excepcional - ASPE, com sede e foro no Município de São Carlos do Ivaí. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 285/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º da Lei nº 8.267, de 13 de janeiro de 1986, que declarou de Utilidade Pública a Associação Sancarlense de Proteção ao Excepcional, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de São Carlos do Ivaí, e foro no Município de Paraíso do Norte”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.06.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator.

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 294/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Técnicos em agropecuária de Salto do Lontra- ATAL, com sede e foro no Município de Salto do Lontra. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 59, de 01.06.99).**

ITEM 06

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública o Instituto Gralha Azul, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., com EMENDA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.ª DISCUSSÃO. Emenda **Aprovada.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Recanto das Águas, com sede e foro no Município de Piraquara. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/99, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera o Artigo 3º, da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, e adota outras providências. (FUNREJUS) PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. **Aprovado o Substitutivo Geral da C.C.J.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/99, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Aldeia do Samaritano - CREAS, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 614/97, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que

concede Título de Cidadão Honorário ao Senhor Reinhold Stephane. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Antes que encerre a Sessão, quero registrar a presença no meio de nós o Alcides que coordena a Comissão de direitos Humanos da cidade de Paranavaí, que faz presença entre nós e traz uma nota pública explicando a questão que o Deputado Plauto Miró há pouco se referiu.

Mas amanhã a gente vai fazer uso da palavra para explicar melhor isso. em segundo lugar, Senhor Presidente, o encaminhamento do item 11, a Bancada do PT vota contra por discordar da postura política e a condução do mencionado Cidadão Honorário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1434, de autoria do Senhor Deputado Edson Praczyk, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1466, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Para discutir, Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1467, de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **À comissão para decidir.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Mas que reunião?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Problema de economia interna da Comissão, a Comissão é que decide.

Requerimento nº 1454, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** à Diretoria Legislativa.

Requerimentos nas 1448 a 1453, e 1455 a 1460, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nº 1443 a 1447, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1461, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1462 a 1464, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1465, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1470, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1468 e 1469, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1471 e 1472, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1473, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1474, de autoria do Senhor Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1475, de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

requerimento nº 1477, de autoria do Senhor Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1478 e 1479, de autoria do Senhor Deputado Moysés Leônidas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1438, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O Senhor Primeiro Secretário diligenciará no sentido de marcar o dia e a hora que o Secretário deverá comparecer.

Por solicitação do Deputado Baratter anunciamos a presença nesta Casa do prefeito de Santa Tereza do Oeste, Reinaldo Antunes, do presidente da Câmara Rosemar Lopes e do Secretário Geral Arlindo Abbath.

O Senhor Primeiro Secretário anunciará a Ordem do dia para amanhã, e o pedido de licenciamento do Deputado Marcos Isfer.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 29, hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 016/99

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 019, 162, 261, 266, 280, 284 e 346/99.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/99.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/99

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº s 223, 275, 277, 293, 335 e 358/99

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de junho do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Antônio Baratter apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 137/99, 158/99, 183/99, 236/99, 237/99, 242/99, 243/99, 248/99 e 253/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de junho do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presi-

dente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Ângelo Vanhoni apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 281/99 e 303/99 e o Deputado Antonio Baratter apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 203/99, 204/99, 250/99, 251/99, 254/ e 255/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de junho do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Antônio Baratter apresentou Redação Final ao Projeto de Lei nº 016/99 e o Deputado Carlos Simões apresentou Redação Final ao Projeto de Lei nº 263/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Carlos Simões apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 066/99, 074/99, 139/99, 178/99, 197/99 e 310/99, que foram aprovadas sem obser-

vações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar

Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Ângelo Vanhoni apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 019/99, 224/99, 261/99, 266/99, 276/99, 280/99, 283/99, 284/99, 285/99, 292/99 e 294/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário